PORTARIA Nº 5.911/PR/2022

Altera a Portaria da Presidência nº 5.600, de 6 de junho de 2022, que "Institui o Comitê Gestor da Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ-Br, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais".

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição do Comitê Gestor da Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ-Br, instituído pela Portaria da Presidência nº 5.600, de 6 de junho de 2022;

CONSIDERANDO o que constou no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0233252-41.2021.8.13.0000,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Portaria da Presidência nº 5.600, de 6 de junho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º [...]

- I - Desembargador Geraldo Augusto de Almeida, Superintendente Administrativo Adjunto, que o presidirá;
- II - Desembargador André Leite Praça, Superintendente de Tecnologia e Informação, como coordenador-executivo;
- III - Rodrigo Martins Faria, Juiz Auxiliar da Presidência responsável pela Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR;
- IV - Mônica Silveira Vieira, Juíza Auxiliar da Primeira Vice-Presidência;
- V - Marcelo Rodrigues Fioravante, Juiz Auxiliar da Corregedoria;
- VI - Guilherme Augusto Mendes do Valle, da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGOVE;
- VII - Alessandra da Silva Campos, da Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR;
- VIII - Priscila Pereira de Souza, do Centro de Desenvolvimento e Acompanhamento de Projetos - CEPROJ;
- IX - Procurador de Justiça Eduardo Henrique Soares Machado;
- X - Defensora Pública Giza Magalhães Gaudereto;
- XI - Procurador do Estado Carlos Alberto Rohrmann;
- XII - Bacharel Flávio Barbosa Quinaud Pedron."

Art. 2º Fica revogada a Portaria da Presidência nº 5.897, de 25 de novembro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de novembro de 2022.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2022.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO, Presidente

PORTARIA Nº 5.912/PR/2022

Designa juiz leigo para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012, e o art. 5º da Resolução do Órgão Especial nº 792, de 23 de abril de 2015,

CONSIDERANDO o resultado da seleção pública para formação de cadastro de reserva de juízes leigos no sistema dos juizados especiais da capital e do interior, regida pelo Edital nº 1/2019, publicado no Diário do Judiciário Eletrônico de 24 de março de 2020 e homologado em 25 de março de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no item 16.2 do Edital de seleção pública para juízes leigos nº 1/2019;

CONSIDERANDO o que constou no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0143157-28.2022.8.13.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o juiz leigo Filipe Augusto Silva, a partir de 5 de dezembro de 2022, para atuar junto ao 1º Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Santa Luzia.

Art. 2º O juiz leigo designado nos termos do art. 1º desta Portaria deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrada em vigor deste ato normativo, apresentar-se à respectiva unidade jurisdicional e subscrever o termo de compromisso previsto no art. 82 da Portaria Conjunta da Presidência nº 1.103, de 16 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2022.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO, Presidente

PORTARIA Nº 5.913/PR/2022

Torna sem efeito a Portaria da Presidência nº 5.873, de 21 de novembro de 2022, e repristina a Portaria da Presidência nº 4.525, de 6 de agosto de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012, e o art. 5º da Resolução do Órgão Especial nº 792, de 23 de abril de 2015,

CONSIDERANDO o que constou no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0827591-95.2022.8.13.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria da Presidência nº 5.873, de 21 de novembro de 2022, ficando repristinada a Portaria da Presidência nº 4.525, de 6 de agosto de 2019, com as alterações contidas nesta Portaria.

Art. 2º Fica dispensado, a partir de 7 de novembro de 2022, o Juiz de Direito Adalberto Cabral da Cunha da função de Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca do Bom Despacho.

Art. 3º Fica revogado o art. 2º da Portaria da Presidência nº 4.525, de 6 de agosto de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de novembro de 2022, quanto ao art. 1º, e a 7 de novembro de 2022, quanto ao art. 2º.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2022.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO, Presidente

PORTARIA Nº 5.914/PR/2022

Torna sem efeito a Portaria da Presidência nº 5.874, de 21 de novembro de 2022, e repristina a Portaria da Presidência nº 4.534, de 14 de agosto de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012, e o art. 5º da Resolução do Órgão Especial nº 792, de 23 de abril de 2015,

CONSIDERANDO o que constou no processo do Sistema Eletrônico de Informações-SEI nº 0827591-95.2022.8.13.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria da Presidência nº 5.874, de 21 de novembro de 2022, ficando repristinada a Portaria da Presidência nº 4.534, de 14 de agosto de 2019, com as alterações contidas nesta Portaria.

Art. 2º Fica dispensado, a partir de 7 de novembro de 2022, o Juiz de Direito Thales Flores Taipina da função de Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca do Nanuque.

Art. 3º Fica revogado o art. 2º da Portaria da Presidência nº 4.534, de 14 de agosto de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de novembro de 2022, quanto ao art. 1º, e a 7 de novembro de 2022, quanto ao art. 2º.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2022.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO, Presidente